

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 472 - Brasília, quarta-feira, 28 de maio de 1997



Lucena, Kleinübing, Melo, Patrocínio e Benedita participam da abertura dos trabalhos do seminário sobre endividamento público

## ACM propõe rito sumário contra corruptos

O senador Antonio Carlos Magalhães apresentou projeto que institui procedimento sumário para o julgamento de crimes praticados contra a administração pública. O mesmo procedimento, de acordo com a proposta, será aplicável aos crimes hediondos. **Página 7**

## Dutra sugere CPI para os corruptores

As denúncias relativas ao envolvimento de prefeituras do PT com a empresa CPEM estão "dentro do tema de uma comissão parlamentar de inquérito que não pôde ser instalada, a CPI dos corruptores", afirmou ontem o senador José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição. **Página 6**

# Senado discute solução para dívidas dos estados

*Comissão presidida por Carlos Patrocínio examina sugestões de técnicos e políticos. Melo afirma que saída impõe sacrifícios*

## Serra e Alcântara garantem que governo se empenha por reforma

A escolha recente de dois políticos para os ministérios da Justiça e dos Transportes reflete, "mais do que qualquer teoria", a decisão do governo de insistir na aprovação das reformas que objetivam a modernização do Estado brasileiro. A garantia foi dada pelo senador José Serra, em discurso ontem no plenário. Lúcio Alcântara também se declarou testemunha do esforço do governo nesse sentido. **Página 3**

## NESTA EDIÇÃO

**Emília: Fundo de Estabilização prejudica estados**

**Página 3**

**Comissão analisa hoje projeto sobre monopólio do petróleo**

**Página 2**

Qualquer solução adequada para o endividamento de estados e municípios impõe sacrifício e moderação, exigindo "administrações éticas, limpas, que tenham competência e firmeza". A advertência foi feita ontem pelo senador Geraldo Melo, ao abrir, como presidente em exercício do Senado, o seminário sobre o tema, que reúne técnicos e políticos. Um dos participantes do seminário, o senador Esperidião Amin sugeriu que as dívidas de estados e municípios devem ser parceladas em até 13 anos. Já o senador Wilson Kleinübing propôs o fim do aval da União a tais operações. O seminário é promovido por comissão presidida pelo senador Carlos Patrocínio. **Página 4**

# CCJ aprecia hoje o projeto sobre monopólio do petróleo

*Também estão na pauta a instituição da Justiça Agrária e do Conselho Nacional de Justiça, entre outras matérias*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje, às 10h, projeto sobre atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética. Relatada pelo senador Hugo Napolitano (PFL-PI), a matéria volta à CCJ após pedido de vista coletivo concedido pelo seu presidente, se-

nador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Na mesma reunião, a comissão apreciará várias propostas de emenda à Constituição: a que institui a Justiça Agrária; a que cria o Conselho Nacional de Justiça; a que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; a que torna o voto

facultativo; e a que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais.

Às 14h será instalada a comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, quando serão eleitos o presidente e o vice e será designado o relator.



Humberto Lucena

## Lucena: governo repete projetos de parlamentares

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) disse ontem que o governo federal está encaminhando, ao Congresso Nacional, projetos idênticos a proposições de autoria de parlamentares, que já tramitam pelo Legislativo.

Lucena destacou que está "profundamente decepcionado com o marasmo do Legislativo", que se tem dedicado, exclusivamente, a debater as propostas encaminhadas pelo Executivo.

Como exemplo, o senador enumerou uma série de projetos de lei do Senado que estão parados na Câmara dos Deputados. Ele destacou a proposta de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, que estabelece o imposto sobre grandes fortunas; o projeto que versa sobre a participação de funcionários no lucro das empresas e a proposição, de sua autoria, no sentido de aplicar na região Nordeste o dinheiro obtido com a venda de títulos da dívida externa, entre outros.

## Malan prestará informações sobre Bamerindus

O presidente em exercício do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), marcou para o próximo dia 11, às 15h, no Plenário, depoimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre as negociações desenvolvidas pelo Banco Central que culminaram na venda do banco Bamerindus, conforme requerimento assinado por vários senadores.

## Marina destaca suas propostas contra tráfico de recém-nascidos

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou ontem o encaminhamento à Câmara dos Deputados do projeto de sua autoria sobre o registro geral de recém-nascidos, aprovado em caráter



Marina Silva

terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Conforme a senadora, o projeto - que torna obrigatória a apresentação de documento fornecido pelo hospital contendo as impressões digitais da mãe, além das impressões dos pés de seu filho para o registro - pretende dificultar o tráfico de recém-

nascidos e garantir maior controle dos nascimentos.

Marina referiu-se também ao seu projeto que estabelece critérios para a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros. O objetivo, segundo Marina, é criar mecanismos que evitem a possibilidade de crianças serem adotadas com o fim de terem órgãos usados em transplantes.

A senadora defendeu a criação de um órgão para denunciar essas ocorrências, a exemplo do que faz a Anistia Internacional em relação aos crimes contra os direitos humanos.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucional-

mente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; e \*PLC nº 06/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Petróleo. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios (continuação)

**Pauta:** Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. Auditorio Patrônio Portella

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1477-36/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# José Serra propõe ofensiva política em prol das reformas

*Na opinião do senador, insistir nas votações "evitará danos à boa expectativa dos agentes econômicos nacionais e internacionais"*



Emília Fernandes

## Para Emília, fundo de estabilização penaliza os estados

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) declarou ontem ser incompreensível que o governo federal pretenda resolver seus problemas de caixa penalizando estados e municípios com a emenda constitucional prorrogando o Fundo de Estabilização Fiscal para dezembro de 1999.

Conforme a senadora, o fundo amplia ainda mais as dificuldades financeiras de estados e municípios, "obrigados a responder cada vez mais por iniciativas que deveriam estar distribuídas pelas diversas instâncias do Poder Executivo do país".

No Rio Grande do Sul, segundo Emília Fernandes, a aprovação do Fundo de Estabilização provocaria um corte de R\$ 23 milhões, no Fundo de Participação do estado, e R\$ 72 milhões, no Fundo de Participação dos Municípios.

Emília destacou o seminário "Endividamento dos Estados e Municípios", realizado pelo Senado, e enfatizou a necessidade de se intensificarem tais encontros, para que se busque uma solução negociada para o problema.

Na opinião da senadora, o Brasil precisa é de uma reforma tributária que promova justiça social, aumento da arrecadação e correta distribuição de recursos, com respeito ao pacto federativo.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse crer que, dessa vez, o governo não conseguirá aprovar com tanta facilidade esse fundo novamente.

O senador José Serra (PSDB-SP) defendeu ontem a aprovação das reformas que objetivam a modernização do Estado brasileiro e que ainda aguardam votação no Legislativo. Ele disse que insistir nessas votações "evitará danos à boa expectativa dos agentes econômicos, nacionais e internacionais, no momento em que mais se precisa dela, em face da evolução pouco brilhante do nosso balanço de pagamentos".

Serra pregou a necessidade de votação das reformas com mais dois argumentos: "primeiro, porque não há nada a perder; segundo, porque difi-



José Serra

culdades não são impossibilidades". Na opinião do senador, uma ofensiva política bem programada e uma boa coordenação do governo em relação ao conteúdo final das emendas que aguardam votação produzirão, seguramente, resultados positivos.

Serra explicou que a recente escolha de dois políticos para os ministérios da Justiça e dos Transportes reflete, "mais do que qualquer teoria", a decisão do governo de insistir na aprovação dessas reformas. Para o parlamentar, "o Congresso tem sido avaro na aprovação das reformas". Na sua avaliação, o melhor momento para as mu-

danças foi no começo do governo, quando o Legislativo aprovou o fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações.

"Depois desse bom início, porém, o Congresso ficou preso num círculo de giz", afirmou o senador, comentando que a reforma da Previdência, enviada há dois anos, foi tão modificada na Câmara que terá de retornar àquela Casa depois que for votada no Senado. Disse também que a reforma administrativa ainda não passou na Câmara, enquanto que a reforma tributária não prosperou até hoje porque as duas outras preencheram a agenda legislativa. Ele lembrou ainda que as reformas do Judiciário e das relações de trabalho sequer foram enviadas ao Parlamento.

## Lúcio Alcântara afirma que não falta empenho a Fernando Henrique

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso contra os que o acusam de não se empenhar na aprovação das reformas destinadas a modernizar o Estado brasileiro e a abrir a economia. Ele afirmou que a formação humanística do presidente da República o impede de trilhar um caminho que não seja o democrático para a aprovação dessas mudanças.

- Setores da sociedade e de partidos políticos têm cobrado uma posição mais ágil do presidente na votação das reformas, alguns chegando a exigir que ele assumisse uma postura de Fujimori. "Acontece que o presidente tem uma história de vida e uma traje-

tória intelectual que lhe dão um conteúdo democrático questionável", comentou o senador.

Lúcio Alcântara se disse testemunha dos esforços do governo na aprovação das reformas que aguardam votação no Legislativo, e explicou que Fernando Henrique Cardoso tem-se empenhado nessas mudanças até com prejuízo para sua própria imagem. "Mesmo sofrendo desgaste junto ao funcionalismo, aos aposentados e pensionistas, ele assumiu o ônus de enviar a proposta de reforma da Previdência para o Congresso", exemplificou o parlamentar.

Conforme Lúcio Alcântara,



Lúcio Alcântara

o presidente da República considera as mudanças destinadas a enxugar o Estado brasileiro como necessárias e urgentes para o equilíbrio das contas públicas, mas não se pode exigir outro

comportamento do Executivo senão o de aguardar as votações no Congresso.

Lúcio Alcântara também negou que seja lenta a tramitação dessas reformas no Legislativo. Disse que os prazos cumpridos são os previstos na Constituição e lembrou que em países como Inglaterra, França, Espanha e Portugal, essas mudanças até hoje não foram concluídas.

# Endividamento impõe sacrifícios, diz Melo

*Presidente em exercício do Senado abre seminário sobre o tema e lembra que, com a estabilidade monetária, haverá um processo de ajustamento importante para os estados*

Ao abrir ontem o seminário "Endividamento dos Estados e Municípios", promovido pela comissão temporária que trata do assunto, o presidente em exercício do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), afirmou que não haverá soluções para o problema do endividamento que "não imponham sacrifícios e moderação e que não exijam administrações éticas, limpas, que tenham competência e firmeza".

O senador disse que a questão do endividamento público transformou-se, para os brasileiros, num desafio para o qual ninguém tem, no bolso, resposta ou caminho pronto: "Mas haveremos de encontrar caminhos

com a troca de informações e de preocupações que um seminário como esse proporciona".

Geraldo Melo afirmou que o Senado, que deve zelar pelo equilíbrio federativo, é o fórum apropriado para um debate sobre o endividamento dos estados e municípios. Acrescentou que o país está emergindo de um período especialmente marcado pela presença da inflação, e que agora, com a estabilidade monetária, haverá um processo de ajustamento importante para os estados.

Já o presidente da comissão



Patrocínio

temporária, Carlos Patrocínio (PFL-TO), afirmou que o tema requer vários encontros e que é preciso "achar um denominador comum e adequar as diversas dívidas dos estados e municípios". Revelou que

"não adianta o governo federal estar muito bem, se os estados estão em situação quase falimentar".

Estiveram também presentes ao seminário pela manhã Francellino Pereira (PFL-MG), Humberto Lucena (PMDB-PB), Vilson Kleinübing (PFL-SC), Laurson Campos (PT-DF), Benedita da Silva (PT-RJ) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

## Secretários querem reformas tributária e administrativa

O secretário de Fazenda do Piauí, Paulo de Tarso de Sousa, afirmou, no primeiro painel do seminário, sobre "Rolagem da Dívida", que o endividamento dos estados é um problema nacional, e, sobretudo, da responsabilidade constitucional do Senado.

- Esse problema há de ter o componente político. O Senado, como observou o senador Carlos Patrocínio, haverá de ser o mediador entre as aspirações, os pleitos e as propostas dos governos estaduais e o que é possível, razoável e aceito pelas autoridades do governo federal - disse.

Paulo de Tarso fez um apelo para que a discussão sobre o endividamento dos estados e municípios não tenha "donos da verdade, nem conotação político-partidária". O endividamento é o maior problema para o futuro do Plano Real devido ao crescente déficit fiscal, a seu ver.

Já os secretários da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Sérgio Galoti Parafá, e do Rio de Janeiro, Edgar Monteiro da Rocha, defenderam a necessidade urgente das reformas administrativa e tributária.

Paulo Sérgio considerou "emergencial a equação relativa às reformas administrativa e fiscal", afirmando que sem elas não há como alavancar a arrecadação para o equilíbrio fiscal e o bom fluxo de caixa. Edgar Monteiro da Rocha, por sua vez, afirmou que as reformas administrativa e tributária são importantes a fim de que se possa encontrar "um caminho de futuro" em que os estados tenham uma situação equilibrada. O seminário prossegue hoje, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 10h, com uma exposição do secretário de Fazenda da Paraíba, José Soares Nuto, sobre "Amortização de Juros".

## Amin propõe parcelamento em 13 anos das dívidas de estados e municípios

O senador Espiridiano Amin (PPB-SC) defendeu ontem à tarde, no prosseguimento do seminário "Endividamento dos Estados e Municípios", que as dívidas de estados e municípios devem ser parceladas em até 13 anos, mas sem financiamento. "Não é o melhor sistema, mas é

menos nocivo do que prevê a Constituição atualmente", ponderou. Discorrendo sobre "Implicação da CPI dos Precatórios", Amin disse ser contra a emissão de títulos, pela experiência que tem passado na comissão de inquérito. O senador lembrou que a "maracutaia" da máfia dos precatórios consiste em que a lista e o pagamento de dívidas são realizados pelos próprios poderes Executivos, ao invés de o se-



Bussato (E) disse que estados são vítimas de modelo financeiro perverso

rem pelos tribunais de Justiça. Já o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) mostrou-se favorável a mudanças no rolamento de dívidas estaduais e municipais. Para ele, este tipo de operação não deve ter o aval da União: "é simples, quem tem crédito pode se habilitar, aquele que não tem, não pode".

Falando sobre o tema "Dívida Mobiliária", o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Cezar Augusto Bussato, disse que os estados perderam a capa-

cidade de pagar a dívida mobiliária. "Enganam-se aqueles que acusam os estados de má gestão dos recursos, pois, na verdade, eles são vítimas de um modelo financeiro perverso", destacou. Yoshiaki Nakano, secretário estadual de Fazenda de São Paulo, propôs que os estados deveriam ter o poder de tributar renda e propriedade. Nakano defendeu ainda o respeito à autonomia federativa e condenou a vinculação de receitas previstas na Carta.

## CAE também acata pleitos de dois estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou, na manhã de ontem, parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a pedido de autorização do governo do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 150 milhões. Os recursos serão destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias do estado. A matéria será agora apreciada pelo plenário.

O senador Lauro Campos (PT-DF), ao votar contra a proposta, disse que as captções de empréstimos externos "são muitas vezes atos suicidas" e que o endividamento externo é uma fonte de prejuízo.

A CAE aprovou, ainda, parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à autorização de operação de crédito externo entre o governo do estado do Ceará e o Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (Overseas Economic Cooperation Fund - OECF). O financiamento, no valor equivalente a seis bilhões e vinte milhões de ienes japoneses, terá o aval da União e será destinado a garantir parte dos recursos necessários ao Projeto de Energia Eólica do Ceará. O plenário do Senado analisará, agora, a matéria.

O senador José Serra sugeriu à CAE a criação de uma subcomissão para avaliar as montadoras de automóvel instaladas no país, uma vez que, a seu ver, as vantagens que os estados dão para essas empresas geram grande perda fiscal.



Na reunião da CAE, Lúcio Alcântara defende parecer favorável a recursos para o Ceará

# Aprovados empréstimos para o Rio Grande do Sul e Goiás

*Recursos do Bird atenderão a necessidades dos programas de reforma do estado e de demissão voluntária de servidores*

O plenário do Senado autorizou ontem o governo do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de R\$ 130.762.500, a preços de 31 de janeiro de 1997 e com garantia da União. Os recursos serão destinados ao financiamento e execução do Programa de Reforma do Estado e o governo gaúcho concederá, como contragarantias, as transferências constitucionais a ele destinadas pelo governo federal.

No parecer favorável apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) resalta que as despesas de pessoal do governo gaúcho totalizaram 71,53% das receitas correntes líquidas. O governador Antônio Britto,

no entanto, já encaminhou ao Senado "uma relação das medidas tomadas pelo estado, tanto no âmbito das despesas quanto no das receitas, com o objetivo de restringir a participação dos gastos com pessoal ao limite da lei".

O senador Lauro Campos (PT-DF) registrou seu voto contrário, manifestando estranheza com o fato de o governo do Rio Grande do Sul "ver-se obrigado a fazer um empréstimo para se reestruturar, pois emprestou mais de R\$ 200 milhões, a prazos enormes e juros praticamente nulos, para a instalação da General Motors no estado".

### GOIÁS

O governo de Goiás tam-

bém foi autorizado pelo Senado a retificar contrato de empréstimo celebrado em janeiro de 1997 com a Caixa Econômica Federal. O governo goiano foi inicialmente autorizado a tomar emprestados R\$ 57,2 milhões para financiar o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e, pela decisão de ontem, poderá ampliar aquele valor para R\$ 67,9 milhões, com o mesmo objetivo.

O senador Onofre Quinan (PMDB-GO), em parecer favorável apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos, considerou que "as informações prestadas pelo estado e a análise efetuada pelo Banco Central demonstram a perfeita adequação do pleito às normas vigentes".

**As contratações de crédito tiveram pareceres favoráveis de Pedro Simon e Onofre Quinan**

# Dutra defende CPI dos corruptores

*Para o líder do PT, as denúncias envolvendo seu partido agora publicadas na imprensa se inserem no contexto da Comissão Parlamentar que ainda não pôde ser instalada no Senado*

Ao se pronunciar sobre as denúncias feitas pelo petista Paulo de Tarso Venceslau, relativas a envolvimento de prefeituras do PT com a empresa CPEM, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que o contexto das denúncias "está dentro do tema de uma comissão parlamentar de inquérito que não pôde ser instalada, a CPI dos corruptores, destinada a investigar o relacionamento entre empresas, partidos políticos e financiamentos de campanhas eleitorais".

- Nós não temos nada a esconder e vamos fazer o requerimento para criar a CPI. Ao contrário do governo federal, o PT não tem a prática de varrer o lixo para debaixo do tapete - afirmou o senador, informando que o presidente do partido, José Dirceu, já designou comissão de apuração das denúncias.

Dutra salientou que o PT está em processo de renovação de seus diretórios e declarou que o senador avalia a possibilidade de que, "por trás das acusações, não esteja simplesmente a velha briga fratricida que ocorre às vésperas desse processo".

O líder do PT fez uma análise da entrevista concedida por



**José Eduardo Dutra**

Paulo de Tarso ao *Jornal da Tarde* para destacar dois pontos que, segundo ele, precisam ser levados em consideração. Primeiro, Paulo de Tarso Venceslau foi um dos fundadores do PT e é militante histórico da esquerda brasileira, perfil ressaltado como garantia da veracidade do depoimento na apresentação da entrevista. Mas as acusações, "gravíssimas", atingem pessoas com perfil semelhante ao do acusador, ressaltou o senador.

Em segundo lugar, continuou Dutra, as denúncias apareceram pela primeira vez em 1993 e, hoje, são "matéria requeitada".

Quanto ao teor das denúncias, Dutra disse que elas podem ser resumidas numa mancomunação entre os petistas Lula, José Dirceu, Paulo Okamoto e Paulo Frateschi e a empresa de Roberto

## Apoio à proposta

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou o líder do PT pelo pronunciamento e disse que, para criar a CPI dos corruptores, basta que o PSDB e o PFL indiquem seus parlamentares à comissão, o que não fizeram até agora.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, informou ter telefonado para o senador Antonio Carlos Magalhães - ao tomar conhecimento de que o presidente do Senado estaria esperando dele a proposta de uma CPI

- para dizer que o presidente poderia redigir o requerimento "para bem definir o fato determinado" e que os parlamentares petistas o apoiariam. No telefonema, acrescentou Suplicy, pediu que ACM "apoiasse o requerimento da CPI da Compra de Votos".

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) considerou que as providências anunciadas pelo PT são sérias e suficientes. "Confio no próprio metabolismo do PT para produzir uma apuração correta", disse.

Teixeira, a CPEM. A direção do PT "estaria acobertando um ato espúrio, partindo de um fato incontestável, o único embasado em provas, que é o contrato entre a CPEM e a prefeitura de São José dos Campos no valor de R\$ 15 milhões", afirmou.

Na opinião de Dutra, a entrevista, entretanto, contém contradições. O contrato motivo da denúncia foi feito, segundo o senador, na gestão do PRN, anterior à do PT, "à semelhança de cerca de 30% dos municípios paulistas que con-

trataram a CPEM para recalcular a cota-parte municipal do ICMS". Por outro lado, Paulo de Tarso Venceslau, no exercício da pasta de Finanças de São José dos Campos, acabou por descobrir irregularidades no contrato e, por decisão da prefeita Ângela Guadagnin, "e não do secretário", como esse declarou, a prefeitura decidiu não pagar supostas dívidas que teria com a empresa, além de entrar na Justiça para reaver excesso pago, esclareceu.

## Simon insiste em referendo popular sobre a reeleição

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que tome a iniciativa de enviar à Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional (PEC) estabelecendo a convocação de referendo popular sobre a emenda da reeleição.

Simon solicitou ao senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidiu a sessão deliberativa, o envio da proposta ao presidente da

República. Conforme disse o senador, a posição de FHC a respeito do referendo "é muito importante, porque meu voto no 2º turno de votação da emenda da reeleição, marcado para o próximo dia 4, depende exatamente disso". Em resposta a Simon, Geraldo Melo garantiu que o apelo chegaria ao presidente da República, "porque a palavra de Simon tem repercussão suficiente para chegar ao Palácio do Planalto".



**Pedro Simon**

Autor de uma emenda à PEC da reeleição prevendo o referendo, Simon disse que ela não foi aprovada na

votação em 1º turno porque as lideranças governistas não queriam que a matéria retornasse à Câmara. "Sem essa contingência, o referendo teria sido apoiado inclusive por parlamentares governistas, entre os quais o senador José Serra", esclareceu Simon.

Na opinião do senador, aprovar a reeleição para os atuais mandatários "é um golpe congressual", daí a necessidade do referendo.

# ACM propõe rito sumário para crime hediondo

*Além de evitar a "vingança privada e o caos", resposta rápida por parte do Judiciário, segundo o senador, ajudará a manter a estabilidade da ordem jurídica no país*

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou projeto que institui procedimento sumário para os crimes hediondos e para os delitos praticados contra a administração pública puníveis com pena de reclusão.

Para os crimes hediondos de competência do Tribunal do Júri, a proposta estabelece que nenhum ato processual será passível de adiamento, salvo se o juiz, em benefício da defesa, assim determinar. Nessa hipótese, ele terá dez dias para proferir a sentença.

## AGRESSÃO

Na sua justificativa, Antonio Carlos Magalhães afirmou que o crime hediondo "agride a consciência jurídica do país, e está a exigir ação pronta e eficaz da Justiça, sem prejuízo do direito à ampla defesa, assegurado pela Constituição". Ele frisou que, além de evitar o que classificou de "vingança privada e o caos", a resposta rápida por parte do Judiciário contribuirá para



Antonio Carlos Magalhães

manter a estabilidade da ordem jurídica no país.

## PUNIÇÃO

Com relação aos crimes contra a administração pública, o senador entende que "é imperiosa a punição imediata e exemplar dos que lidam criminosamente com os recursos advindos do bolso do contribuinte ou exercem inadequadamente a função pública".

- Hoje, mais do que nunca, no mundo inteiro há uma revolta generalizada contra os graves desvios de conduta que termi-

nam por dilapidar o patrimônio público - observou Antonio Carlos Magalhães.

## PROJETO

Segundo o senador, "o projeto adota o princípio da concentração dos atos, permitindo, inclusive, que uma sentença seja proferida 90 dias após a denúncia do Ministério Público. Com essa iniciativa, o Congresso Nacional cumpre seu dever institucional e dá resposta concreta às ações condenáveis praticadas em desacordo com a consciência ética do povo brasileiro".

## PRAZO

Nos processos e julgamentos por crimes hediondos e por crimes contra a administração pública, uma vez oferecida a denúncia, o juiz determinará a citação do réu, que, dispondo do prazo de 15 dias para apresentar, por escrito, a sua defesa, poderá arguir preliminares, oferecer documentos, especificar provas e arrolar testemunhas.

## Suassuna pede explicações a ministro sobre compra de vacina contra hepatite

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) encaminhou ontem requerimento à Mesa, solicitando ao ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque, várias informações sobre a compra de vacinas contra a hepatite B.

Em sua justificativa, o senador disse que o objetivo do seu requerimento é elucidar denúncias de superfaturamento nas aquisições de vacinas, conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil* de ontem, que aponta diferença entre o preço atualmente oferecido pela multinacional coreana LC Chemical Ltd., de US\$ 0,98 por dose de 20 mg, e o



Ney Suassuna

preço que teria sido pago pela aquisição de vacinas da Smith Kline Beecham, em 1994, de US\$ 3,50 a dose.

- Não deixa de causar estranheza a imensa discrepância entre o preço publicamen-

te ofertado pela multinacional coreana e aquele supostamente praticado quando da última compra, segundo informações veiculadas pela imprensa - afirmou.

Ney Suassuna quer saber do ministro da Saúde de que laboratórios foram adquiridos os lotes de vacina contra a hepatite tipo B na última compra feita pelo governo brasileiro, a que preço se deu a compra e quando isso ocorreu. O senador indaga também quais os laboratórios que participaram do processo e quais os preços e condições oferecidos para a compra do medicamento.

## CPI recebe documentos de deputado

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) recebeu ontem o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que lhe entregou cópias de extratos bancários, escrituras de propriedades e declarações de bens, demonstrativas do seu patrimônio. Com essa iniciativa, Marquezelli tentou demonstrar que não está envolvido na cadeia de negócios feitos com títulos públicos sob investigação da comissão.

O nome do deputado apareceu como beneficiário de um cheque da empresa fantasma Metal Indústria e Comércio Ltda., que a investigação da CPI constatou ter servido de fachada para que a corretora JHL lavasse dinheiro oriundo das fraudes com títulos públicos emitidos pelo governo de Alagoas.

Marquezelli também autorizou a CPI a quebrar seu sigilo bancário e fiscal e demonstrou, em suas declarações, que dispõe de um patrimônio anterior à sua carreira política. Disse também que o cheque que apareceu em sua conta era resultado da devolução de um dinheiro inicialmente pago na compra, não concretizada, de um avião.

# Ademir lamenta fim do Cine Palácio

*Além do tradicional cinema de Belém, salas em Fortaleza e Brasília se transformam em templos, empobrecendo o meio artístico-cultural do país e refletindo a crise do setor*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ontem o fechamento do Cine Palácio, em Belém, ocorrido no último final de semana, provocando "tristeza e consternação" na população de Belém. E acusou insensibilidade do secretário de Cultura do Pará e do governador Almir Gabriel, "que nada fizeram para evitar que um dos cinemas mais antigos do Brasil fosse transformado em templo religioso".

Segundo o senador, o cinema, inaugurado em 1959, teria sido vendido pelo Grupo Severiano Ribeiro para a Igreja Universal do Reino de Deus,

em um pacote envolvendo também outros cinemas de Fortaleza, Recife e Brasília. Ademir Andrade reconhece que não se pode questionar a venda desses estabelecimentos sob a ótica comercial, e muito menos a natureza de sua utilização daqui por diante.

- O que se discute é o fato de que o fechamento dessas salas de exibição empobrece o meio artístico-cultural do país e reflete, de modo inequívoco, a crise por que passa o mercado cinematográfico nacional - disse. Para o senador, "há décadas que se assiste ao desmantelamento sistemático



Ademir Andrade

do cinema brasileiro, que outrora foi motivo de orgulho e reconhecimento internacional".

Na opinião de Ademir Andrade, a arte cinematográfica não se resume apenas a entre-

tenimento e diversão, mas tem grande alcance pedagógico e possibilita a formação cultural. Por isso, considera imprescindível a ampliação do debate em torno do assunto.

- Gostaria de sugerir ao senador Artur da Távola, presidente da Comissão de Educação, que viabilize, no âmbito da comissão, o aprofundamento das discussões aqui superficialmente abordadas sobre a crise do cinema nacional, buscando, principalmente, alicerçar mecanismos institucionais capazes de permitir a superação das dificuldades que já se arrastam há décadas - afirmou.

## Benedita prega um Brasil mais próximo das raízes africanas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem o estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a África, sobretudo nos setores energético, petroquímico, de telecomunicações, de informática e turístico. Ela disse que a identidade etno-cultural deveria fazer dos países africanos parceiros naturais do Brasil, "mas falta ao nosso país uma política mais ousada na área comercial em relação ao continente africano".

O discurso foi feito em co-



Benedita: Brasil é tão africano quanto europeu

memoração ao Dia da África, celebrado em 25 de maio, data da criação, em 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA) e da assinatura da Carta Africana, em Adis-Abeba, na qual os países do continente manifestam o "desejo de

união em torno da luta pela unidade e libertação".

Benedita afirmou que a maior parceria entre Brasil e África, além de beneficiar economicamente ambos os lados, projetaria o Brasil como uma "grande liderança", uma vez que "a África está em segundo plano nas prioridades das grandes potências". Na opinião da senadora, o Brasil deve também assumir o compromisso de ajudar a mudar a "imagem estereotipada e pre-

conceituosa veiculada sobre a África, resgatando a sua dignidade".

- A África é bem mais que um continente de países pobres e problemáticos. É uma terra de imensuráveis riquezas e potencialidades, com a qual o Brasil pode e deve estabelecer ligações de grande interesse comercial. O governo brasileiro deve mostrar mais zelo pelas relações com o mundo africano, que está tão ou mais presente na formação da nacionalidade brasileira quanto o mundo europeu - destacou.

UMA SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, LUCÍDIO PORTELLA E JOSÉ AGRIPINO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Lider que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto  
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.